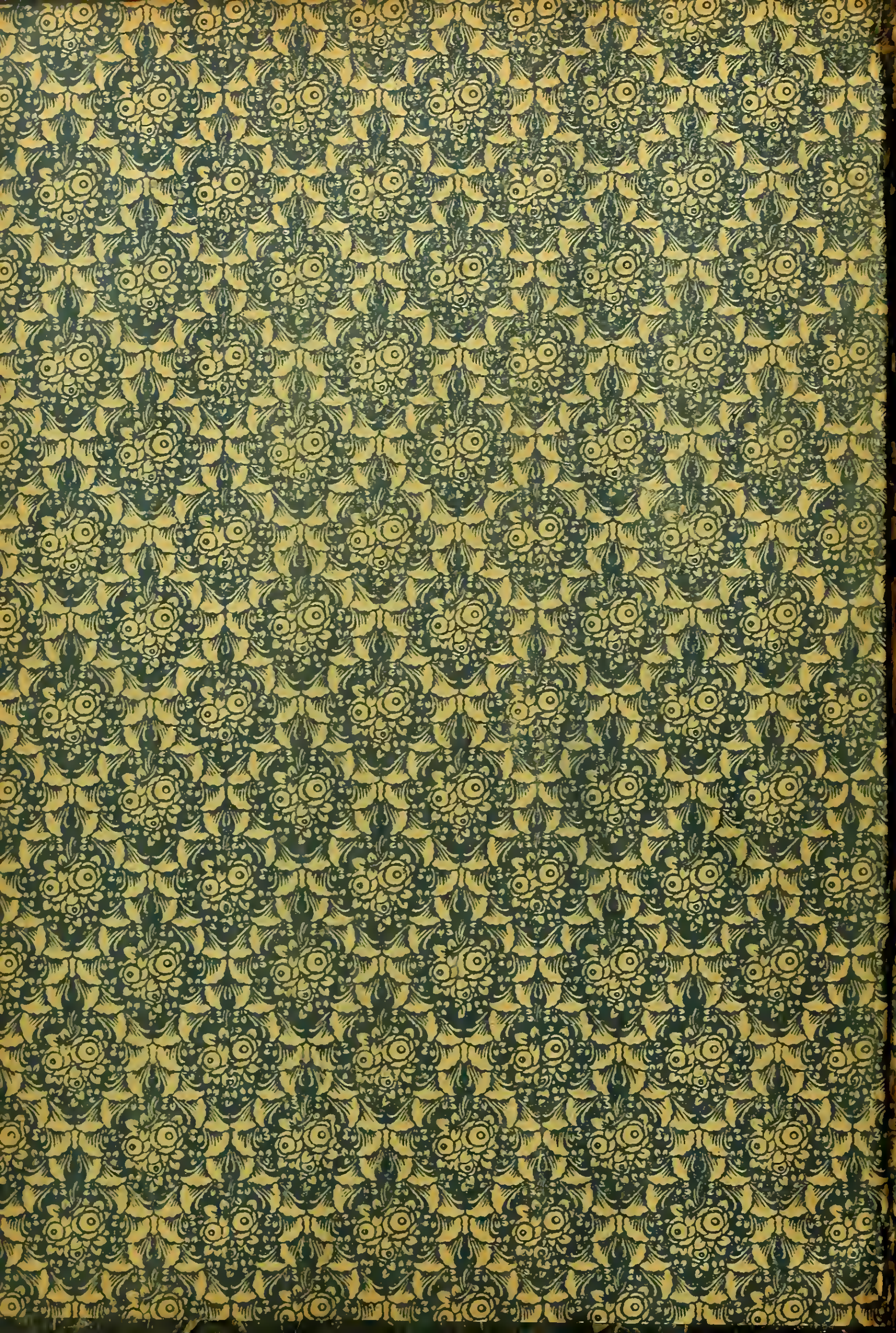






ARTUR DE SOUZA COSTA
MINISTRO DA FAZENDA







LANÇAMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE GUERRA

IMPRENSA NACIONAL — RIO DE JANEIRO — 1943

Lançamento das Obrigações de Guerra. Conferência do Sr. Ministro Artur de Souza Costa, no Teatro Municipal, no dia 11-5-1943, às 21 horas.
São Paulo.

O Sr. Ministro Artur de Souza Costa — Excelentíssimo Sr. Interventor Federal ; altas autoridades ; minhas Senhoras e meus Senhores.

Singular é meu contentamento, neste primeiro contacto com a mocidade universitária de São Paulo, que, num movimento de unanimidade sem par, sem precedentes no Brasil, reuniu todos os Centros Universitários de São Paulo e houve por bem, por intermédio do ilustre Secretário da Educação do Estado, convidar-me para presidir à solenidade do lançamento da campanha em prol da colocação das "Obrigações de Guerra", de modo facultativo e espontâneo, pelos paulistas.

O entusiasmo da mocidade e o seu instinto divinatório.

Orgulhamo-nos de um passado de afirmação nacional, feito de bravura, de renúncia, de devotamento pela causa do Brasil. Revivendo êsse passado de glórias imperecíveis e recapitulando o esfôrço de todas as gerações em

prol do engrandecimento nacional, sentimos quanto é pujante a ação da mocidade, quanto se afirma decisivamente o seu espírito de sacrifício, quanto comunicativo é o seu entusiasmo, nutrido de idealismo, de coragem, de desprendimento. Nenhuma das grandes fases da vida nacional deixou de ser a resultante da decisão da mocidade em trazer a sua admirável contribuição ao esfôrço dos dirigentes, afim de que o Brasil, em tôdas as épocas, pelo seu presente, não desmereça das tradições do seu passado.

Podem os empreendimentos materiais seguir a sua trajetória, independente da ação dos moços ; mas aqueles que dizem com as causas supremas da vida encontram sempre o toque mágico da juventude, para dar-lhes fôrça e comunicar-lhes seu entusiasmo.

A mocidade tem um instinto divinatório. Por isso ela sentiu que, no setor financeiro e econômico, havia necessidade dêsse toque mágico, dessa absoluta e espontânea cooperação, exatamente porque êsse setor é a pedra angular em que repousa, em última análise, a tranquilidade

das populações, o próprio êxito das Fôrças Armadas.

Sentí-me verdadeiramente feliz com a lembrança da mocidade de São Paulo, e aquí vim, não com o objetivo de, com minha palavra, transmitir-lhe entusiasmo, pois êste já se notava no próprio gesto inicial; vim, como Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda da República, correspondendo ao convite da mocidade paulista, trazer minha palavra amiga e prestar aos homens que produzem em São Paulo, à juventude bandeirante que vibra, ao povo paulista, meu depoimento sincero em relação às finanças nacionais, forma que me pareceu a mais eloquente, em face de tão elevada prova de patriotismo.

O setor financeiro

A ciência das finanças, todos sabeis, meus caros estudantes, é aquela que cogita dos métodos de obter os recursos para satisfação das necessidades coletivas. E como essas necessidades aumentam e se complicam por ocasião dos conflitos armados, a finança de guerra tem amplitude maior, significação muito mais vasta.

E' mister, entretanto, não esquecer que se nas épocas de paz o problema financeiro pode ser por vezes considerado com menor rigor, porque se compensam os erros e as consequências não são tão nefastas, nem tão prejudiciais, nos tempos de guerra êsses erros se agravam em suas consequências e mais necessário se torna a rigorosa observação dos sadios princípios que regulam a ciência das finanças, com a mesma segurança, com a mesma certeza com que as leis, em todas as demais ciências, regulam os fenômenos.

Não há diferença entre as leis do mundo físico e as do mundo social. Elas se verificam com a mesma exatidão e se por vezes parecem menos exatas é em virtude de alterações no ambiente em que se processam os fatos por elas regidos.

Desejo, assim, declarar-vos que, no setor financeiro, tem o Govêrno da República também se preocupado com a observância dos mais sadios princípios, e disso quero dar-vos uma demonstração, o que é um dever do homem público, ou seja o dever de prestar contas e dizer a verdade ao povo que tem o direito de exigí-las

daqueles que manejam os negócios públicos. A espontaneidade de vosso gesto há de encontrar, ainda, de minha parte e na minha atitude, mais uma homenagem às classes que trabalham e produzem, no grande Estado de São Paulo.

Isso considerando, passo a enunciar alguns dados relativos à situação financeira do Brasil, ainda inéditos, eis que promanam das contas públicas do último exercício, já levantadas e prontas para serem remetidas ao Tribunal de Contas, em cumprimento ao imperativo constitucional.

O orçamento de 1942 e sua execução.

Desejo dizer-vos que as contas relativas ao exercício encerrado em 1942 revelam que o "deficit" orçamentário previsto, de Cr$ 710.203.406,60, foi verificado, efetivamente, na importância de Cr$ 331.893.972,70.

A arrecadação de impostos, estimada, por ocasião da promulgação do orçamento, na importância de Cr$ 4.388.756.000,00, apesar da guerra, da redução na nossa importação e, consequentemente, da queda na entrada dos direitos adua-

neiros, ficou apenas inferior a essa estimativa em Cr$ 12.176.343,80, atingindo, pois, a receita efetivamente arrecadada à cifra de Cr$ 4.376.579.656,20.

Por outro lado, a despesa realizada (orçamento e suplementações) ficou inferior à fixada em Cr$ 390.485.777,70, atingindo apenas a Cr$ 4.708.473.628,90, em vez de .... Cr$ 5.098.959.406,60, valor fixado, sendo: pela lei orçamentária — Cr$ 5.026.076.893,60; menos modificações no orçamento da despesa — Cr$ 30.382.025,10; mais créditos suplementares — Cr$ 103.264.538,10, no total supra de Cr$ 5.098.959.406,60.

O de que vos falo agora é o resultado da continuação, em tempo de guerra, da mesma política de aumento das arrecadações, por um melhor processo arrecadador e por um maior cuidado e zêlo das repartições e vigilante atividade do Govêrno, apesar das dificuldades no sentido de evitar todo acréscimo de despesas adiáveis ou desnecessárias.

O resultado do exercício e as despesas de guerra, em 1942.

A êsse *deficit* orçamentário teremos de acrescentar as despesas ocorridas à conta de autorizações extra-orçamentárias e das levadas a "Agentes Pagadores" e a "Despesas de Exercícios Anteriores" para atender aos encargos totais da Administração, inclusive os da guerra, para os quais foram abertos créditos extra-orçamentários no total de Cr$ 2.117.463.496,40, tendo-se realizado no exercício despesas no total de Cr$ 1.039.539.628,70. Somando-se esta importância de Cr$ 1.039.539.628,70 à do "deficit" orçamentário Cr$ 331.893.972,70 temos que o "deficit" do exercício, incluindo as despesas feitas com os encargos de guerra, atingiu a

Cr$ 1.371.433.601,40

assim discriminado :

	Cr$
Receita arrecadada	4.376.579.656,20
Despesa efetuada	5.748.013.257,60
"Deficit" de 1942.....	1.371.433.601,40

Para fazer face aos encargos de guerra o Govêrno já lançou o empréstimo de .... Cr$ 3.000.000.000,00 em "Obrigações de Guerra" que é o motivo desta nossa reunião e com o seu produto restituir-se-á em grande parte às contas públicas o desequilíbrio que êsse "deficit" evidencia.

A característica dominante das despesas de guerra é, no entanto, a urgência do seu atendimento e não é evidentemente possível aguardar a receita normal para atendê-las, cumprindo ao Govêrno recorrer a qualquer operação financeira que a antecipe.

No exercício de 1942 os recursos provenientes da subscrição de "Obrigações de Guerra" atingiram apenas à importância de .... Cr$ 189.343.400,00 e no entanto só os créditos extraordinários abertos aos Ministérios para despesas militares elevaram-se no mesmo período a Cr$ 642.024.903,00, por conta dos quais despenderam-se já Cr$ 517.286.834,00, como segue :

	Cr$
Ministério da Guerra	438.654.277,90
Ministério da Marinha	70.007.450,30
Ministério da Aeronáutica ..	7.175.000,00
Ministério da Fazenda	1.450.105,80
	517.286.834,00

Verificamos assim por êsses elementos que excluida do "deficit" referido de .... Cr$ 1.371.433.601,40 essa importância despendida por motivo de guerra, o "deficit" do exercício propriamente dito se expressa em Cr$ 854.146.767,40, pouco acima, portanto, do "deficit" previsto na própria elaboração orçamentária. A outra parcela componente do *deficit*, correspondente às despesas de guerra, ficou reduzida em virtude do que acima expusemos ao *deficit* real verificado em tais operações na importância de Cr$ 327.943.434,00, como se demonstra :

RECEITA

	Cr$
Recursos provenientes das "Obrigações de Guerra"..	189.343.400,00

DESPESA	Cr$
A' conta dos créditos abertos	517.286.834,00
	327.943.434,00

Neste exercício as operações decorrentes da guerra serão escrituradas distintamente e apreciadas em balanço à parte, o que não foi possível desde logo levar-se a efeitc no balanço de 1942 em cujo exercício as operações tiveram início, entrosadas, já no fim do ano.

A 4.ª etapa do "Plano Especial".

A execução do "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional" teve no ano de 1942 a sua quarta etapa de execução. A receita foi arrecadada na importância de .... Cr$ 611.148.168,50 e a despesa efetuada na de Cr$ 595.192.697,00, havendo assim um "superavit" de Cr$ 15.955.471,50 que, na forma da lei, incorporou-se à receita do exercício de 1943.

A Dívida Interna Fundada.

Do confronto entre a situação da Dívida Interna Consolidada em 31-12-41 e 31-12-42 verifica-se uma redução de Cr$ 870.155.000,00 :

	Cr$
Circulação em 31-12-41..	5.970.994.400,00
Circulação em 31-12-42..	5.100.839.400,00
	870.155.000,00

Durante o exercício de 1942 foram emitidas apólices no total de Cr$ 37.438.000,00 e realizados resgates na importância de .... Cr$ 907.593.000,00, sendo :

	Cr$
De apólices	7.593.000,00
De Obrigações do Tesouro..	900.000.000,00
	907.593.000,00

As emissões realizadas no exercício destinaram-se aos seguintes fins :

	Cr$
Reajustamento Econômico ..	6.898.000,00
Pagamento de dívidas da antiga Cia. de Navegação Lloyd Brasileiro	7.540.000,00
Pagamento à "City Improvements"	5.000.000,00
Para pagamento à Rede Mineira de Viação	18.000.000,00
	37.438.000,00

e os resgates provieram dos seguintes fatos :

	Cr$
Apólices — Restituição feita pelo Govêrno do Estado do Rio Grande do Sul, em virtude do encontro de contas, em apólices do Reajustamento Econômico, canceladas e retiradas da circulação	7.593.000,00
Obrigações — Da emissão do decreto-lei n. 2.447, de 1940, entregues ao Banco do Brasil, em liquidação de débito do Tesouro e resgatadas em espécie no exercício	900.000.000,00
	907.593.000,00

O resgate dessas obrigações, no valor de Cr$ 900.000.000,00, foi realizado de acôrdo com as autorizações constantes dos decretos-leis ns. 4.206 e 4.287, de 1942, mediante a emissão de papel-moeda. Essa e as outras emissões que fizemos, afim de fazer face às dificuldades cria-

das pela situação de necessidade que precedeu às medidas decorrentes da nossa entrada na guerra e que culminou determinando o decreto-lei n. 4.759, de 29 de setembro de 1942, estabelecendo a moratória de 8 dias para as obrigações de comércio e feriado bancário de igual prazo.

Normalizada a situação o Govêrno utilizou novamente recursos do Banco do Brasil queimando o papel-moeda emitido, como explicarei ao tratar dêste assunto.

Afim de cobrir o *deficit* do exercício e normalizar as contas do Tesouro com o Banco do Brasil emitiu o Tesouro Cr$ 1.791.190.992,80 em promissórias, nos termos do decreto-lei n. 5.373, de 2 de abril de 1943.

Dívida Externa Fundada.

Em 1941, a circulação dos empréstimos externos se expressava nas seguintes importâncias:

Empréstimos em libras.	£	101.082.237-09-09
Empréstimos em francos:		
Ouro	Frs. ouro	229.185.500,00
Papel	Frs. franc.	272.908.462,50
Empréstimos em dólares . . .	US$	158.121.545,00

Durante o exercício, foram amortizadas, à conta dos recursos previstos na lei de meios, quer para o resgate normal, quer para o extraordinário, as seguintes importâncias :

Empréstimos		*Valor nominal*
Em libras	£	3.603.220-00-00
Em dólares	US$	9.444.200,00

Quanto aos empréstimos em francos, não se operou qualquer modificação em 1942, em virtude de não haver sido iniciada a execução do acôrdo financeiro firmado com o Govêrno francês.

A posição dos empréstimos em 31 de dezembro de 1942 era, portanto, a seguinte :

Empréstimos em libras	£	97.479.017-09-09
Empréstimos em francos :		
Ouro	Frs. ouro	229.185.500,00
Papel	Frs. franc.	272.908.462,50
Empréstimos em dólares ...	US$	148.677.345,00

Papel-moeda. Como acabo de explicar, tivemos durante o exercício de 1942 de fazer várias emissões de papel-moeda, afim de antecipar o resgate de compromissos do Tesouro e atender às necessidades de numerário decorrentes do

estado de nervosismo que culminou no feriado bancário.

Elevou-se, assim, a circulação de.......... Cr$ 6.636.604.790,00 que era em 31-12-41 para Cr$ 9.402.914.690,00, em consequência das seguintes emissões :

		Cr$
a)	Para compra de ouro Decretos-leis ns. 3.966, de 1941; 4.183 e 4.784, de 1942	900.000.000,00
b)	Para operações da Carteira de redescontos Lei n. 449, de 1937........	100.000.000,00
c)	Para resgate de "Obrigações do Tesouro", no Banco do Brasil Decretos-leis ns. 4.206 e 4.287, de 1942..................	900.000.000,00
d)	Para resgate de Promissórias do Tesouro, no Banco do Brasil Decretos-leis ns. 4.511 e 4.654, de 1942..................	864.000.000,00
e)	Para troca de notas da extinta Caixa de Estabilização Decreto n. 20.621, de 1931..	2.309.900,00
		2.766.309.900,00

A publicação das medidas consubstanciadas nos decretos publicados em outubro de 1942 determinou a reação esperada e o dinheiro afluiu dos esconderijos à circulação e a queima de papel-moeda reduziu a circulação para

Cr$ 8.230.211.743,00.

Ainda havia em circulação no encerramento do exercício a importância de Cr$ 7.610.640,00 em notas da extinta Caixa de Estabilização, elevando assim o saldo em circulação para

Cr$ 8.237.822.383,00.

Em 6 de maio corrente o valor do papel em circulação elevou-se a

Cr$ 8.524.990.596,00.

o que evidencia um aumento de cerca de 295 milhões de cruzeiros, correspondente à emissão de 300 milhões feita para a Carteira de Redescontos, em fins de abril, menos os resgates normais por substituição de papel-moeda.

Ouro em depósito. O ouro em depósito, no fim do exercício de 1942, montava na vultosa cifra de Cr$ 2.243.896.051,30, correspondente a 102.043.245,929 g.

Durante o exercício de 1942 as aquisições se elevaram a Cr$ 924.033.374,20, correspondente a 39.940.264,562 g.

A importância total despendida em 1942, com as operações de compra de ouro, ascenderam à cifra de Cr$ 929.477.913,00, em virtude de despesas e juros com o financiamento, a saber :

	Cr$
Preço da aquisição	924.033.374,20
Despesas	1.399.991,60
Juros	4.044.547,20
	929.477.913,00

Ao término do exercício, o débito do Tesouro para com o Banco do Brasil, na conta "Compra de Ouro", era de Cr$ 238.474.847,10.

Hoje o nosso "stock" de ouro já se eleva a 135 toneladas, sendo :

Depositado no Banco do Brasil	g	49.941.942,164
Depositado no Federal Reserve Bank nos Estados Unidos	g	85.058.057,836
	g	135.000.000,000

Vemos assim que sendo a circulação de papel-moeda = Cr$ 8.524.990.596,00 e o "stock" de ouro metálico de 135 toneladas, a percentagem de lastro corresponde a 35,2%, ou sejam mais 10,2% do que o mínimo fixado em lei (decreto-lei n. 4.792, de 5-10-42 — art. 2.º).

Os resultados auferidos são consequentes da política do Govêrno.

Não creio houvesse melhor maneira de corresponder à confiança de São Paulo, nesta hora, do que divulgar com êstes dados a real situação financeira da República.

Como se explica, porém, o fato de, apesar da guerra, a dívida externa do Brasil ter-se reduzido de mais de 13.000.000 de libras e 10.000.000 de dólares, num país em que êsses compromissos descreveram sempre uma curva ascendente, contraindo-se empréstimos novos para resgate de

empréstimos velhos? Como explicar que o Brasil, que sempre teve sua circulação monetária desprovida de qualquer lastro, a apresente hoje com a percentagem de 35,2%?

Senhores, tal explicação reside no relativo equilíbrio econômico que temos conseguido manter através da política do Govêrno, objetivada nos acordos que realizamos com a República dos Estados Unidos da América.

Quero, a propósito dos acordos, lembrar-vos, numa rápida visão, aquele que nos ensejou liquidar a velha questão da Itabira, transferindo ao Govêrno Brasileiro, independente de quaisquer onus, a propriedade respectiva, o que permitirá ao Brasil explorar suas riquezas minerais sem qualquer subordinação ao estrangeiro. Êsse acôrdo nos permite a renovação de todo o material e a reorganização da Vitória-Minas, estabelecendo a ligação direta do grande Planalto Central com o mar, através de uma operação de crédito cujo resgate se fará, única e exclusivamente, com o produto dos materiais obtidos nas minas brasileiras.

Os acordos de Washington propiciam-nos a realização de operações de crédito que farão a renovação da Amazônia, a organização de todo o nosso sistema do Norte, dando àqueles Estados um poder aquisitivo compatível com sua extensão e riquezas e aumentando-lhes, assim, a capacidade de comércio com os Estados do Sul.

Êles nos permitirão, ainda, apesar da guerra, a possibilidade de continuar, graças ao acôrdo de navegação, o comércio de cabotagem entre nossos portos e o internacional com os Estados Unidos e outras nações.

Deram-nos, afinal, elementos para coparticipar eficientemente nesta luta em que nos achamos empenhados, satisfazendo aos compromissos que assumimos na memorável conferência dos Chanceleres, realizada no Rio de Janeiro, quando deliberamos, ao lado das Nações Unidas, compartilhar dos sofrimentos da guerra.

O êxito da campanha. Pode parecer, à primeira vista, que numa festa de estudantes, numa festa da mocidade acadêmica, seja de mau gôsto começar

um discurso com tal exibição de cifras e argumentos de caráter puramente financeiro. Entretanto, disse a princípio e repito agora que não vim a São Paulo trazer entusiasmo aos estudantes, porque êste êles já o teem inato no coração, como bons brasileiros. Sentí-me no dever de trazer êsses números, porque é só com o conhecimento da situação que os estudantes terão argumentos indispensáveis ao êxito da campanha que voluntariamente quiseram tomar a si, assumindo todas as responsabilidades e prontos a enfrentar todas as dificuldades que se lhes deparem.

A campanha não é dificil, porque não há, da parte dos brasileiros, mau ambiente para a subscrição das "Obrigações de Guerra" e, de resto, compreendendo as dificuldades naturais, a própria lei institucional das obrigações estabeleceu o sistema de subscrição compulsória pelo qual ela se fará na razão direta dos recursos de cada um, porque baseada no imposto de renda pago por pessôa física, é, portanto um índice seguro de tal capacidade.

Os inimigos do Brasil. Todavia, outras dificuldades nascem da ação dos inimigos do Govêrno, da ação dos inimigos do Brasil, dos que vivem entre nós e contra nós trabalham, porque em favor das nações nossas adversárias!

Êsses, os elementos que não poderia deixar de transmitir aos estudantes, com o conhecimento que tenho da situação, para que êles possam argumentar e vencer tôda essa campanha miserável de derrotismo, que existe entre nós como existiu em todas as nações da Terra e que tanto concorre para os efêmeros triunfos das nações do Eixo.

Ainda há pouco tempo, falando à mocidade do Rio de Janeiro, na colação de grau de uma turma de bacharéis em Ciências Econômicas e Sociais, tive ensejo de me referir a essa ação nefasta, lembrando um livro, de André Cheradame, que deveria ser lido por todos os brasileiros. Nele se relata, com precisão notável e documentação irrespondível, o que tem sido no mundo a ação dessas pessoas, com o objetivo de, pela subversão das leis econômicas, obterem resultados favoráveis a seus desígnios, porque desagregam, desanimam,

desmoralizam as nações. Os exemplos do resultado dessa campanha espalham-se pelo mundo todo, traduzidos, em última análise, nas iniciais vitórias do Eixo. Onde essa ação não foi possível, pela formação de caráter da nacionalidade ou pela forma do regime, como na Rússia e na Inglaterra, não tiveram os nossos inimigos nenhuma vitória a enumerar.

Era preciso, portanto, que eu trouxesse êsses elementos, que serão publicados, para que a mocidade de São Paulo pudesse iniciar a sua campanha, certa, antecipadamente, de ter-lhe assegurado o bom êxito. O conhecimento dêsses fatos ajudá-la-á a vencer ou contornar tôdas as dificuldades, pondo por terra os falazes argumentos que se lhe antepuserem à campanha do Govêrno.

Ludendorf, escrevendo sôbre a guerra total, refere-se, minuciosamente, a essa ação desmoralizadora como uma arma de guerra, que considera das mais eficientes, pois que age na retaguarda dos exércitos, enfraquecendo e destruindo a coesão do povo, eis que não é possível haver guerra sem sofrimento e dôr. A idéia de guerra trás con-

sigo, desde logo, essa idéia de coragem para sofrer e nos tempos que correm, as nações e os homens que não tiverem capacidade para sofrer, não teem o direito de viver! (*Palmas*).

Entre nós, esta campanha já vem sendo levada a efeito, e com tal habilidade, a ponto de provocar a crise, a que me referí, em outubro do ano passado, de entesouramento da moeda brasileira, determinando, por parte do Govêrno, a necessidade de resgate antecipado de operações a prazo longo, o que se não tivesse sido feito teríamos evitado as emissões de papel-moeda.

Evidentemente, é preciso compreender que o reflexo dessa providência, no interêsse do Tesouro, não constitue um grande mal. Para o Tesouro é indiferente ou mesmo mais favorável que se guarde, nas arcas, o dinheiro papel, que não custa juros, do que os títulos de crédito, que os vencem.

Mas a questão é que êsse dinheiro escondido age sempre como um poder de enfraquecimento, produzindo falsa valorização, que mais tarde há de refletir-se, forçosamente, num desequilíbrio da economia.

A aquisição de "Obrigações de Guerra" é ato de patriotismo.

Por isto, a circulação das "Obrigações de Guerra" e sua colocação é ato não só de patriotismo, mas de inteligência, de inteligência porque se colabora com a ação do Govêrno, fornecendo-lhe os recursos de que carece, por um meio indiscutivelmente muito mais suave do que o imposto. O imposto pesaria exclusivamente sôbre a geração atual, ao passo que o empréstimo, dividindo os encargos no tempo, vai ser pago, também, pelas gerações vindouras, que se aproveitarão do sacrifício atual.

O empréstimo é um meio razoável, lógico, seguido por todas as nações civilizadas, porque constitue um saque que se faz sôbre o futuro, com o objetivo de defender o patrimônio nacional, que é nosso e dos que estão por vir.

Mas, em tôrno dêsse empréstimo de "Obrigações de Guerra", de si tão simples e de mecanismo tão claro, sabe êsse espírito maldoso infiltrar-se, de preferência entre os ingênuos ou ignorantes, levando-lhes uma série infinita de dúvidas e de suspeitas.

Ainda há pouco tive informação segura de que há pessôas que, ao receberem êsses títulos do Govêrno, fazem-nos constar em seus balanços por uma importância já reduzida. Mas, de onde se tira tal conclusão ? A lei que criou as "Obrigações de Guerra" estabelece, com clareza meridiana, que são elas títulos ao portador, negociáveis nas bolsas, títulos que podem ser vendidos e comprados livremente e, mais, que terão preferência, para seu resgate, sôbre todos os outros títulos da dívida pública.

Onde se encontra a razão para, sôbre títulos de tão evidente segurança, levantarem-se suspeitas absurdas, como a de que o Govêrno pretende, de futuro, confiscar os bonus ? Onde se funda essa idéia? Outra fôra a intenção do Govêrno, e poderia desde logo duplicar o imposto sôbre a renda (*muito bem; palmas*), ao invés de lançar um empréstimo, para depois faltar ao seu compromisso ! (*Palmas*).

Ainda os inimigos do Brasil.

Os inimigos do Brasil são precisamente aqueles que, há poucos anos passados, pregavam como bandeira de combate o princípio da negação da dívida ex-

terna do Brasil. (*Muito bem. Palmas*). Na mesma hora em que os títulos da dívida interna sobem de cotação em todas as bolsas nacionais e em que os títulos da dívida externa veem, de valores quase insignificantes, a atingir cêrca de 50% do seu valor, apesar dos juros reduzidos que pagamos, numa exibição pública do crédito do Govêrno, não hão de ser êsses miseráveis detratores que abalarão o crédito do Brasil! (*Muito bem. Palmas*).

Vou ler pequeno trecho da exposição que fiz, na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, quando da promulgação da lei de outubro de 1942.

Perguntaram-me como seria possível exigir de um operário, que ganha já uma quantia mínima, quase insuficiente para sua subsistência, ainda fôsse subscritor de uma "Obrigação de Guerra", reduzindo seu salário, já minguado, de uma cota de 3%.

Respondí com as seguintes palavras:

> "E' um argumento ponderável. Entretanto, em época de guerra, torna-se ne-

cessário que cada um reduza suas despesas, por uma série de razões que não preciso repetir, pois os jornais publicam diàriamente artigos e transcrevem discursos em informações de outros paises, onde essa teoria é irretorquivelmente defendida.

Mas, se por qualquer circunstância o indivíduo que recebe o título do Govêrno, ao juro de seis por cento ao ano, não puder fazer essa economia, êle o venderá em Bolsa. Dir-se-á que êle sofre um prejuizo sôbre o valor do título, visto que a cotação da Bolsa pode ser inferior ao valor nominal. Será êste, então, o sacrifício efetivo que o Estado imporá àqueles que subscrevam seus títulos : uma pequena percentagem sôbre a importância de três por cento dos vencimentos".

Se pudesse haver a menor dúvida quanto à possibilidade de venda dêsses títulos em bolsa pública, a explicação dada pelo Ministro da Fa-

zenda, numa assembléia, e logo amplamente divulgada, deveria ser bastante para dissipá-la de todo. Mas é que os oposicionistas agem ardilosamente, de cálculo, e procurando criar sempre novos problemas.

Os acordos de Washington.

Não apenas as obrigações de guerra, mas também os acordos de Washington teem sofrido o mesmo combate sistemático.

Posso assegurar-vos que se não fôssem os acordos de Washington, se o Brasil não tivesse podido, graças a essa política internacional, colocar toda a sua safra de café até setembro de 1943 no mercado norte-americano, se não tivéssemos encontrado mercado para o cacau da Baía, — que seria da situação financeira dêsses Estados, ou melhor, do Brasil? (*Palmas*). Onde estariam as rendas provenientes dêsses produtos e qual seria o resultado, para essas lavouras, se tivesse o Govêrno de, por si mesmo, naturalmente por meio de emissões de papel-moeda, de adquirir tais produtos, a preços sacrificados?

Em tôrno do acôrdo do café, já não é mister tecer considerações. Está na conciência de todos que êle é de natureza complexa, porque representa a transformação completa da situação dos negócios, que passou, de uma série enorme de compradores, que eram todos os interessados norte-americanos, para uma única entidade — a Commodity Credit Corporation. Como era natural, surgiram, de início, algumas pequenas dificuldades, ao acertarmos os pontos fracos dêsse acôrdo, o que foi motivo para novos ataques : — Os americanos, dizia-se, não querem comprar o café do Brasil. Mas, por que ? Se os americanos não queriam comprar o café, por que fizeram o acôrdo ? Se o preço do café ainda hoje existe, é resultante do acôrdo de Washington, feito há alguns anos, em virtude do qual, em face da super-produção, foram fixadas cotas para impedir que os consumidores norte-americanos adquirissem o produto exclusivamente de outras nações, com o sacrifício da nossa economia. Se êles se prontificaram, mesmo apesar das dificuldades da navegação, a adquirir o produto, ainda quando

não fôsse possível embarcá-lo, que teriam em vista senão assegurar-nos, pela estabilidade de nossa economia interna, a possibilidade efetiva de colaboração no esfôrço de guerra.

Mas, como disse, todos êstes ataques obedecem a um plano sistemàticamente elaborado e sòrdidamente posto em prática.

Argumenta-se que os acordos de Washington serão inconvenientes ao Brasil, post-guerra.

Mas, por que? Desde quando a venda dos produtos, por um país que os tem para vender a outro que os compra pode se traduzir num inconveniente futuro?

Não há resposta. Não há argumento que possa satisfazer a essa pergunta, insídia que, como muitas outras, visa envenenar aos poucos a opinião e colimar os objetivos dos nossos inimigos, de promover o desentendimento entre os homens.

O aumento do imposto de renda.

No que diz respeito ao sistema tributário, verifica-se o mesmo fenômeno.

Mal o Govêrno sugere a elevação das taxas do imposto de renda, coisa já feita em todos os pai-

ses em guerra, menos no Brasil; coisa que em nosso país se faz em plena harmonia com as classes interessadas, e logo surgem os comentários pérfidos. Ainda agora, no Rio de Janeiro, encontram-se reunidos os representantes das indústrias e do comércio do Brasil, discutindo, ponto por ponto, o projeto apresentado pelos técnicos do Tesouro.

Criou-se, desde logo, a fantasia de que o Govêrno do Brasil ia elevar o imposto a 70%. Mas, por acaso, o Govêrno do Brasil não compreende que os impostos não podem ser elevados indefinidamente, sem guardarem certa proporção entre o onus tributário e a renda nacional? Por acaso houve, algum dia, êsse processo de lançar impostos?

A mocidade sempre pugnou e pugnará pelo bem do Brasil.

Não obstante, prossegue a campanha dos maus elementos e é contra ela que quero chamar a atenção dos estudantes. E' necessário que, a cada investida visando infiltrar o descontentamento entre os homens, a mocidade saiba

antepor um argumento decisivo, esclarecendo os fatos ; ela que está completamente ao abrigo dos interêsses subalternos e, pela observação e pelo estudo, pode colocar-se num plano superior, pugnando exclusivamente pelo bem do Brasil ! (*Palmas*).

Sempre que se cogita de um acôrdo com qualquer nação aliada, imediatamente êsses indivíduos põem-se em campo, dizendo : — Eu não sou norte-americano ; eu não sou inglês : sou brasileiro ! E arrogam-se a si como que um direito privativo de defender os interêsses e a soberania do Brasil. Mas, será possível alguem ser brasileiro nesta hora e não vibrar com tudo quanto diga respeito aos Estados Unidos e à Inglaterra ?! (*Palmas prolongadas*).

No tocante ao papel-moeda, veem também as insinuações e os comentários.

O aumento da circulação do papel-moeda do Brasil tem uma explicação única. E' o aumento da riqueza nacional, decorrente do fato de que estamos exportando nossos produtos e não podemos importar, em grande parte, aquilo de que

precisamos. Êsse produto do nosso trabalho apresenta-se de uma forma qualquer, e essa forma, mercê da política do Brasil, é o ouro.

Não tínhamos uma grama de ouro e agora temos 135 toneladas, além das divisas no mercado internacional.

Como é possível admitir que a moeda tenda a desvalorizar-se, se está lastrada e se as emissões não são feitas exclusivamente para atender a necessidades do Govêrno, o qual, para êsses fins, lançou mão do empréstimo interno, como é o caso das obrigações de guerra ? Por que admitir a hipótese da derrocada da moeda brasileira, quando ela nunca esteve tão amparada e firme, graças a seu lastro metálico ?

Aí temos, numa síntese, a contestação a alguns dos argumentos. Evidentemente não é completa, nem poderia sê-lo, porque a ação dissolvente do inimigo se renova sempre, numa sucessão permanente, no esfôrço para alcançar seu objetivo. Êle sabe que, conseguida a desagregação do espírito nacional, desde logo conquistou 90% da vitória.

Vitoriosa será a campanha encetada pela mocidade de S. Paulo.

Grande é, pois, minha alegria ao ver a mocidade de São Paulo, espontaneamente, lançar-se a essa campanha patriótica em prol das obrigações de guerra. Saio daquí mais jovem para a peleja de bem servir ao Brasil, porque a juventude contagia em seus movimentos e os seus arroubos incendeiam novas fôrças no coração dos homens.

Ninguém superou em seu devotamento à causa da mocidade, que é a do Brasil, ao preclaro Presidente Getúlio Vargas, guia seguro de nossos destinos, sempre pronto a participar da sorte dos moços em todos os setores da vida nacional.

Agora, como sempre, vibra Sua Excelência em uníssono com o entusiasmo da mocidade sadia de São Paulo e concita pela voz de seu Ministro da Fazenda que todos se congreguem para esta campanha memorável em tôrno de vós, mocidade de minha Pátria, mocidade que, pelos seus conhecimentos, pela sua inteligência privilegiada, por êsse instinto ou sentimento que lhe é próprio, por esse entusiasmo que dela é parte integrante, e

sem o qual a mocidade deixa de ter razão de ser, é a grande esperança da Vitória.

São, portanto, de agradecimento sincero aos moços de São Paulo, minhas palavras, nesta hora. Estou absolutamente tranquilo, absolutamente certo, de que a campanha para a colocação das obrigações de guerra será de todo vitoriosa, para a grandeza de São Paulo e glória do Brasil! (*Muito bem! Palmas prolongadas*).

